

Quaresma quarentena



Por **LUIZ ROBERTO ALVES***

A vida passa pela morte. Um povo pode matar formas de opressão, expectativas ilusórias, confiança nascida na mentira e discursos odiosos. Mas há uma condição: precisa ser povo

É necessário ser muito matreiro e enrolador para escapar dos fundamentos políticos do pequeno mundo aramaico do conhecido Novo Testamento Bíblico, especialmente em momentos mediadores do nascimento e do sofrimento de cruz realizado em Jesus, comumente chamado O Cristo. Aquele mundo dividido e ameaçado move-se pela memória e pelo esforço em construir valores sociais que deem suporte a possíveis infortúnios.

Nele, não falta muito para uma ação romana decisiva (ano 70 do novo calendário), produtora de diáspora, forte como a antiga intervenção que levara o povo hebreu ao denominado cativeiro babilônico (ano 586), que também faz eco à vida egípcia das gentes, cujo *pessach* (quase trágico em sua peregrinação) anuncia o valor *Eretz - Terra* e sua extenuante manutenção. O referencial terra não sobrevive sem a memória.

Quarenta dias, quarenta anos: protótipos do tempo para amadurecer um acúmulo que pode construir o novo e vê-lo suceder; outrossim, ao não nascer o novo, segue-se a perdição, o *desorientamento* do espaço e do tempo. O desterro. Nada ocorre nos quarenta sem fortes pressões, embora esse tempo de quarentena e quaresma traga no seu âmago o devido esperançamento em face das liberdades e do reconhecimento de direitos. Nascer e não nascer (o novo) também são fenômenos políticos.

Relatar os fatos e feitos do tempo aramaico é demasiado, pois o que interessa neles é sempre a perspicácia e a agudeza de seus sentidos, como a literatura de muitos povos tão bem intuiu nos séculos que já nos distanciam do pequeno mundo grego, romano, judaico, cristão.

Há sempre uma coisa dentro de outra no movimento daquelas culturas. Um tempo responde a outro, enuncia-o e então o anuncia fartamente, quer na apresentação das crianças como ritual de primeira iniciação, quer na mediação dolorosa dos ritmos da morte, quer na iluminação de sábios e profetas, quer nas tentações que duram quase sete semanas, o que parece uma eternidade. Trata-se, sempre, do humano concreto, de fé, cidadão, sujeito a leis e normas, diante das injunções políticas e espirituais que o testam, que o humilham muitas vezes e não o dilaceram pouco. No entanto, os germes do esperançar e mesmo do superar também jamais estão ausentes. Aí se configura a difícil cidadania em crise demorada e de lento escoamento.

No entanto, há protótipos dos fenômenos. Gritam pelas estradas os cegos rejeitados, reclama o pai da criança morta, tenta se regenerar o rico, vige a cizânia entre discípulos, pais e filhos se desentendem, a cobrança de impostos é cruel e empobrece os já pobres, as posses são discutíveis em sua justiça: em tudo isso o cômrito dos atravessamentos sociais que ensinam menos como ser perfeito e irrepreensível do que participar de projetos breves ou duradouros de redenção, obra de memória e de lutas, independentemente das perseguições, das censuras e mesmo da morte. A queda traz em si a libertação, dito antigo.

Impensável esse quadro recluso ao individual ou familiar. Pior ainda ao individualismo e suas projeções seculares. A questão estrutural que funda o espaço-tempo aramaico é o da divisão forçosamente programada das potestades não angelicais, embora tentem se apossar do campo semântico antigo. O poder se despudora. Isso significa a dor das esperas do povo, com ou sem esperançamento. Significa, por acúmulo, o jogo das expectativas também populares, forte

a terra é redonda

mantenedor de ilusões, em boa medida responsável por muitas discussões neotestamentárias. E mais: esse processo social implica numa consciência não suficientemente genérica para apreender o conjunto dos acontecimentos, aprender a julgá-los e empreender as ações transformadoras.

A resposta cristã é de que o novo existe. Até quando é inédito é viável. A morte pode ser morta por obra de superações do estabelecido, cujo amadurecimento demanda 40 dias até o novo *pessach*, o atravessamento das hostes matadoras pela nova consciênciaa dar respostas efetivas e criadoras.

A vida passa pela morte. Um povo pode matar formas de opressão, expectativas ilusórias, confiança nascida na mentira e discursos odiosos. Mas há uma condição: precisa ser povo.

O povo nos livros do novo testamento não é um aglomerado racial, o que pode dar-se conjunturalmente. O povo também não é a soma dos documentos de votantes ou migrantes diante do poder. Do mesmo modo, não é a organização chamada pelo grito carismático, que leva à rouquidão e à perda de direcionamento, sempre seguidas de repressões.

A presente conjuntura brasileira não se encaixa (não se põe em caixa) no mundo aramaico, mas tem fortes proximidades políticas, não somente pelas histórias messiânicas falsificadas que viveu (libertações não liberadoras, república não republicana...) mas notadamente por um movimento religioso plenamente mal resolvido e em conluio com o estado, quer o catolicismo pouco franciscano, quer o “evangelicalismo” a se arrastar diante dos *vendilhões do templo*, dos novos vendedores de indulgências e dos ladrões da boa fé popular. Seus nomes são amplamente veiculados pela mídia e todos e todas têm sido capazes de se auto-justificar diante de seus males. Essa gente não prega nenhum evangelho, exceto o seu próprio; daí que não apresenta qualquer esperançamento. Somente ilusões.

Ao contrário, a soma de ilusões produziu amálgama entre funções do estado e funções de potestades locais, como é o caso das milícias – aparentadas nos governos – e suas funções de apadrinhamento e mistificação da fé evangélica, cuja vigência no seio das comunidades liquida com o resto do que poderia existir de esperançamento, pois o único dia a viver é o de hoje. O devir é devido ao protetor e quem deve não são os poderes eleitos e compostos nas estruturas formais, mas sim os indivíduos, as famílias, as comunidades. Ao dever morre-lhe o devir.

Estamos nos quarenta, na quaresma e na quarentena. De um lado, rumamos para o *pessach*, que supõe saltos. Como no velho *pessach* hebraico, os saltos são indispensáveis para marcar direitos e justiça à porta dos que creem. Nossa quarentena diante das violências simbólicas e físicas, da irresponsabilidade governamental, do assassinato de diversos valores e corpos já passa de 700 dias, portanto muitos quarenta. A quarentena que curtiu supostas mudanças em 2018 para parte do povo teve de encarar mais pistolas, assassinatos e feminicídios, liquidação da garantia de direitos humanos e mentiras à exaustão. Capacitam-se as potestades, portanto, para ceifar vidas humanas na pandemia do SarsCov 2 como abelhas sob fumigação tóxica, para humilhar os sentidos formais do Estado em favor da avacalhação governamental, espalhar a cizânia política, dar fim a qualquer sinal de reforma agrária, silenciar e depredar a natureza e sua gente nativa etc, etc.

O novo nunca foi um fenômeno exclusivamente individual, nem nasce daí. O novo das quaresmas e quarentenas terá de estar na encruzilhada das conversões e conscientizações (naquele sentido freireano) que fazem exceder a consciência cotidiana e provocam o encontro dos cotidianos alargados com novas figuras, fatos e fenômenos (como pensaram György Lukacs e Agnes Heller) competentes para os confrontos, lugares únicos da aprendizagem do humano.

Esse novo fenômeno quarentenal, quaresmático e político também ecoa, quer a palavra de Jesus, o Cristo, quando exorta discípulos em dúvida, ainda encalacrados em expectativas ilusórias, quer os textos fortes de Micah-Miqueas, o profeta, de que se pode exemplificar, entre outros trechos, os primeiros versos do capítulo II, que trata de diversas formas de opressão e violência contra os mais humildes e fracos da terra.

A cidadania no pequeno mundo aramaico esteve sob o fio da navalha. Já não havia ali nenhuma ágora, como nunca mais a tivemos. O tempo sem paz, cantado pelas obras teatrais que nos são próximas, Liberdade, Liberdade, Arena conta Zumbi e Tiradentes e outras contações está a exigir urgente movimento de consciência, que excede o cotidiano repetitivo, embora o respeite e o considere como lugar em que principia a superação libertadora.

***Luiz Roberto Alves** é professor sênior da Escola de Comunicações e Artes da USP.